

DISCURSO DE POSSE DO MINISTRO FELIX FISCHER NOS CARGOS DE PRESIDENTE DO STJ E PRESIDENTE DO CJF

Agradeço as gentis palavras do Doutor Ophir Cavalcante Junior.

Quis o destino, se é que ele existe, que, ao longo dos incipientes semestres do curso de economia – minha primeira graduação – viesse eu a flertar e a me apaixonar por outra área do conhecimento, o Direito.

Essa paixão, acredito, viria a influenciar sobremaneira a minha vida.

Curiosamente, em casa, desde o desjejum, uma “triangulação processual” perfeita já se desenha. Eu, hoje na função judicante, minha amada esposa, Sônia, que também já foi procuradora de justiça, e Denise, querida filha, advogada – isso em casa.

No Paraná, são mais três amados filhos: Octavio, advogado e professor universitário; João e Fernando, magistrados. E não é só. As minhas estimadas noras, Karla, Gracielli e Ane, todas advogadas, também se renderam aos encantos de Têmis.

Já o amanhã, fica por conta dos amados netos – Gabi, Bebela, João Otávio e a pequena Manu – todos inspiração mais candente para seguir na construção de um futuro melhor.

Peço licença, ainda, para poder olhar para trás. Meus pais, presentes aqui de forma sutil – encantados, diria Guimarães Rosa – não foram profissionais do Direito. Porém, são deles os maiores exemplos de equidade e de retidão que trago na memória, os quais sempre procurei reproduzir no meu dia a dia de cidadão, pai, avô, esposo e operador do Direito.

É com essa esperança – de que o Direito pode triunfar, inclusive e até mesmo a partir da célula familiar – que hoje assumo, orgulhoso, a honrosa função de presidir o egrégio Superior Tribunal de Justiça, sucedendo ao eminente Ministro Ari Pargendler.

Côncio da necessidade de, junto a meus eminentes pares, atuar sempre de acordo com a Constituição e com as leis – porto seguro para o êxito de tamanha investidura, como recentemente evocou o eminente Ministro Ayres Britto em seu discurso de posse como Presidente do Pretório Excelso –, estarei atento às mudanças sociais e econômicas, para melhor reconhecer os anseios dos jurisdicionados e, principalmente, para termos a tranquilidade de trabalhar na imperiosa missão de velar pela segurança e paz jurídicas.

Tribunal de envergadura nacional, é aqui no Superior Tribunal de Justiça onde se congregam, de maneira harmoniosa, as carreiras da Justiça comum, do Ministério Público – Estadual e Federal – e da Advocacia, na básica, mas nem sempre fácil, tarefa de uniformizar a interpretação da legislação federal infraconstitucional.

O Superior Tribunal de Justiça está, assim, a espelhar a bandeira do Brasil, país de todos, no Poder Judiciário.

Observar a composição desta Corte é desvelar a imagem do nosso país.

Cada membro integrante oferece – de sua respectiva origem, carreira, etnia e religião – características singulares, a par da preparação técnica, que vão formar o conjunto de matizes que dá feição democrática e pluralista ao Tribunal da Cidadania.

Certo disso, com o apoio dos meus eminentes colegas e o trabalho devotado dos servidores, reitero o compromisso de me empenhar para alcançar todos os objetivos estabelecidos nas propostas desafiadoras para a gestão, que, espero e confio, será adequadamente compartilhada.

Em verdade, qualquer vitória deverá ser creditada ao conjunto. Unidos pela amizade e confiança mútua, conseguiremos atingir, quero crer, o almejado sonho de encurtar caminhos para a boa e correta aplicação do Direito. Esse foi o propósito dos legisladores. Esse foi, é e sempre será o nosso propósito.

Ademais, muito me honrará estar à frente desta egrégia Corte Superior quando da celebração dos vinte e cinco anos de sua criação e instalação.

As bodas de prata do Superior Tribunal de Justiça com a sociedade brasileira – união que, permitam-me dizer, deu certo – descortina, por outro lado, um horizonte de desafios. Dentre eles, poderíamos citar, por exemplo: o envolvimento de todos os colaboradores, indispensáveis ao cumprimento da missão constitucional; a consolidação do processo eletrônico, dando continuidade ao maravilhoso trabalho legado pelo nosso eminente decano, Ministro Cesar Asfor Rocha, especialmente no que tange à integração digital das diversas ramificações dos órgãos que operam o processo judicial; a racionalização das rotinas administrativas e judiciais; o estímulo aos procedimentos atinentes ao recurso especial repetitivo, que hoje já clama por filtros adicionais ou outros óbices recursais. Eis aí alguns desses desafios indicados exemplificativamente.

Penso, também, que nós, do Superior Tribunal de Justiça, devemos ter a iniciativa de buscar alterações legislativas que afastem de vez a imagem errônea de que esta Casa seja uma "terceira instância" recursal. Tribunal Superior não é tribunal de apelação! As missões são distintas! A função constitucional do Superior Tribunal de Justiça está

voltada, principalmente, quando provocado, para a padronização da jurisprudência infraconstitucional.

Destaco, por outro lado, que as desejadas limitações recursais não são fruto de arrogância. Trata-se, penso de posicionamento alinhado ao Pacto Federativo.

Na verdade, entender dessa maneira, além de tudo, proporciona uma justa valorização das árduas atividades desenvolvidas em primeiro e segundo graus, instâncias soberanas na definição das questões de fato e também sempre zelosas em relação às questões de direito.

Portanto, repito, filtros adicionais ou óbices recursais, remontando à sistemática anterior, devem ser urgentemente reativados. Caso contrário, penso que a prática existente continuará a servir aos interesses de quem se beneficia com processos de eterna duração.

Firme nessas diretrizes trabalharei no sentido, também, de propiciar condições para que os Ministros da Casa possam estar concentrados basicamente naquela tarefa maior de bem julgar as mais relevantes questões federais. Da mesma forma, dar condições aos servidores para que possam, sempre com orgulho, trabalhar motivadamente. Para tanto, tenho a certeza de contar com o conselho seguro do eminente Ministro Gilson Dipp, estimado e polivalente Vice-Presidente.

Rogando ao bom Deus que continue a iluminar esta Casa de Justiça, devo lembrar um provérbio segundo o qual seremos todos conhecidos pelas pegadas que deixarmos.

Por último, manifesto os meus agradecimentos:

Em primeiro lugar, a Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff, eminente Presidente da República Federativa do Brasil; ao Excelentíssimo Senhor Ministro Ayres Britto, Presidente do egrégio Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, na pessoa de quem cumprimento os membros da Suprema Corte, Ministra Cármen Lúcia – Presidente do egrégio Tribunal Superior Eleitoral –, Ministra Rosa Weber e demais Ministros de sempre dessa Corte; ao Excelentíssimo Senhor Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal; cumprimento, aqui, os Senadores presentes, em especial os representantes do Paraná, Senadores Alvaro Dias e Sérgio Souza; ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, na pessoa de quem cumprimento os deputados federais presentes nesta solenidade, registrando em especial a presença da bancada paranaense; ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Gurgel, Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, em nome de quem cumprimento os Subprocuradores-Gerais da República e os demais integrantes do Ministério Público aqui presentes; aos meus colegas Ministros do Superior Tribunal de Justiça, de hoje e de sempre; à

Excelentíssima Senhora Ministra Sibylle Kessal-Wulf, do Tribunal Constitucional da República Federal da Alemanha; cumprimento, na oportunidade, os representantes da magistratura estrangeira que participam desta cerimônia; ao Excelentíssimo Senhor Ministro Almirante de Esquadra Alvaro Luiz Pinto, Presidente do egrégio Superior Tribunal Militar, cumprimentando, também, os Ministros dessa Corte; ao Excelentíssimo Senhor Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do egrégio Tribunal Superior do Trabalho, estendendo os cumprimentos aos Ministros dessa Corte; ao Excelentíssimo Senhor José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça, aproveitando para cumprimentar os Ministros de Estado presentes: Ministro da Educação, Aloizio Mercadante; de Minas e Energia, Edison Lobão; Advogado-Geral da União, Luís Inácio Lucena Adams; da Casa Civil, Ministro de Estado Interino, Beto Vasconcelos; e também cumprimento o Excelentíssimo Senhor General de Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; os Senhores Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça; os Senhores Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público; o Excelentíssimo Senhor Ministro Benjamin Zymler, Presidente do egrégio Tribunal de Contas da União, saudando também os Ministros daquele Tribunal; o Excelentíssimo Senhor Haman Tabosa de Moraes e Córdova, Defensor Público-Geral da União, em nome de quem cumprimento todos os Defensores Públicos; o Doutor Ophir Cavalcante Junior, Presidente do Conselho Federal da OAB, apresentando aqui os cumprimentos a todos os advogados brasileiros; o Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Caldas, Juiz da egrégia Corte Interamericana de Direitos Humanos; o Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná, estendendo meus cumprimentos aos Governadores do Distrito Federal, Agnelo Queiroz; do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; de Goiás, Marconi Perillo; e da Paraíba, Ricardo Coutinho; o Excelentíssimo Senhor Desembargador Miguel Kfoury Neto, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na pessoa de quem cumprimento os presidentes de Tribunais de Justiça e todos os Desembargadores presentes; os Excelentíssimos Senhores Ministros do Tribunal Superior Eleitoral; os Excelentíssimos Senhores Embaixadores e demais integrantes do Corpo Diplomático no Brasil; o Excelentíssimo Senhor Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, na pessoa de quem saúdo todos os integrantes do Ministério Público do meu Paraná; a Excelentíssima Senhora Desembargadora Federal Marga Inge Barth Tessler, Presidente do egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em nome de quem saúdo os Presidentes da 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Regiões e os Desembargadores Federais que aqui comparecem; o Excelentíssimo Senhor Desembargador Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; o Excelentíssimo Senhor Juiz Federal Nino Oliveira Toldo, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil; o Excelentíssimo Senhor Juiz Renato Sant'Anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, na pessoa de quem cumprimento os integrantes da magistratura do trabalho; o Excelentíssimo Senhor Wanderlei Carvalho Silva, Presidente da Associação

Paranaense do Ministério Público, aqui representando a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Conamp; os integrantes da magistratura brasileira; os demais membros do Ministério Público; os Excelentíssimos Senhores Militares das nossas Forças Armadas presentes; os Excelentíssimos Senhores Prefeitos; os senhores acadêmicos; os familiares e amigos; as servidoras e os servidores do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal; as senhoras e os senhores.

Agradeço a presença de todos que vieram abrilhantar esta cerimônia.

MINISTRO FELIX FISHER
Presidente